



## Saiba quem é Pedro Guimarães, novo presidente da Caixa

“Uma raposa cuidando do galinheiro.” Essa expressão cabe como uma luva para a nomeação do privatista Pedro Guimarães como presidente da Caixa.

Confirmando o que já havia afirmado na posse do presidente Jair Bolsonaro, em 1º de janeiro, na cerimônia em que foi empossado, Guimarães reforçou que irá fatiar o banco público, através de abertura de capital das operações de Cartões, Loterias, Asset e Seguros. Além disso, também afirmou na segunda-feira 7 que clientes de classe média vão pagar juros de mercado no financiamento habitacional.

“Se a ideia do governo é acabar com o caráter 100% público da Caixa, escolheram o

nome ideal para essa nefasta missão, que se não encontrar forte resistência dos empregados e sociedade, será um duro golpe para os nossos direitos, empregos e também para o país”, diz o diretor do Sindicato e coordenador da CEE/Caixa, Dionísio Reis.

Formação e experiência - Guimarães, bacharel em Economia pela PUC-RJ e mestre pela FGV-RJ, em seu doutorado, teve como objeto de estudo processos de privatização no Brasil. O novo presidente da Caixa foi analista no Santander e BTG Pactual, banco fundado por Paulo Guedes, e participou da privatização do Banespa, Banerj e Banestado.

Seu último cargo privado foi no banco Brasil Plural, instituição com forte presença

nas áreas de petróleo e imobiliária. O doleiro Lúcio Funaro menciona o Brasil Plural como parte de suposto esquema envolvendo a J&F, que teria trazido prejuízos à Funcef, que era acionista da Eldorado Celulose, da J&F.

“Sabemos que esse governo tem perfil extremamente privatista e neoliberal e a nomeação de Guimarães é um sinal claro das suas intenções. Mais uma vez, os empregados da Caixa terão de estar unidos e mobilizados, juntos com a sociedade, na defesa desse patrimônio do povo brasileiro. Defender a Caixa 100% pública é também defender nossos empregos e direitos. Só a luta nos garante e juntos somos mais fortes”, conclama Dionísio. ♦

# Condições de trabalho vão de mal a pior

Uma travessia solitária no deserto. Essa é a sensação de muitos empregados que trabalham em agências e departamentos da Caixa. A redução do número de funcionários e os recorrentes problemas na manutenção dos equipamentos de ar-condicionado tornam a rotina dos trabalhadores um martírio.

**FALTA DE EMPREGADOS** – Desde 2014, quando atingiu o ápice do número de empregados, a Caixa eliminou mais de 15 mil postos de trabalho, passando de 101 mil para os atuais 86 mil. Diante da cada vez mais evidente falta de bancários e da sobrecarga de trabalho cada vez maior, a direção da Caixa informou que irá contra-

tar os concursados de 2014. Uma reunião entre os representantes dos empregados e do banco será realizada em 1º de fevereiro, quando serão cobrados esclarecimentos.

O encolhimento da empresa pública se intensificou a partir de 2016, quando planos de demissão voluntária eliminaram 10 mil postos de trabalho. A redução do número de bancários e o fechamento de agências vieram acompanhados do encolhimento do papel da Caixa como banco indutor de políticas sociais.

“O sucateamento da Caixa e redução do seu papel social não interessa a ninguém, a não ser aos bancos privados. A Caixa é um patrimônio brasileiro e deve ser defendida a todo custo pela sociedade e empregados,

que perderão muito com o seu enfraquecimento”, enfatiza a dirigente do Sindicato e empregada da Caixa, Vivian Sá.

Na quinta-feira 24, o Sindicato realizou atividade de protesto em uma agência da zona leste da capital paulista na qual os trabalhadores sofrem com a falta de empregados e sobrecarga de trabalho.

A falta de empregados será um dos temas de reunião agendada entre representantes dos empregados e do banco, agendada para o dia 1º de fevereiro.

**CALOR INFERNAL** – Diante dos recorrentes problemas na manutenção dos equipamentos de ar-condicionado, que ficam ainda mais evidentes a cada

verão, o Sindicato tem cobrado da direção da Caixa uma solução urgente para a situação.

Nos últimos dias 14 e 18 o Sindicato realizou reuniões com representantes da Gilog, que por sua vez informaram que há intenção de modernizar os equipamentos, fazer trocas de compressões, re-dimensionar os layouts das unidades com instalações de novas máquinas, de acordo com a necessidade de cada agência.

“O bancário pode e deve ajudar o Sindicato a fiscalizar o problema, fazendo a denúncia: pode ser diretamente a um dirigente ou pela Central de Atendimento Telefônico (3188-5200). O sigilo é garantido”, orienta Vivian.

## Privatização da Lotex ameaça repasses sociais

A privatização da Lotex, cujo leilão é previsto para 5 de fevereiro, ameaça os repasses sociais feitos pelas Loterias Caixa. Conforme dados do banco, de 2011 a 2016, as loterias arrecadaram R\$ 60 bilhões, dos quais R\$ 27 bilhões foram destinados para financiamento de projetos em áreas como cultura, esporte, bolsa de estudo e segurança pública.

Em 2017, as loterias Caixa registraram, de forma global, arrecadação próxima a R\$ 14 bilhões. Desse montante quase metade (48%) foi destinado aos programas sociais. Se a venda for efetivada, o montante deverá ser reduzido drasticamente, já que o leilão prevê repasse social de apenas 16,7%.

“Se a entrega da Lotex se concretizar, o dinheiro das loterias que antes financiava programas sociais e culturais terá como finalidade o lucro da empresa que vencer o leilão. É inadmissível que o governo federal venda esse patrimônio dos brasileiros. A mobilização dos trabalhadores e



do movimento sindical conseguiu barrar a última tentativa da gestão Temer de entregar as loterias. Estamos novamente mobilizados para evitar a concretização dessa venda, agora sob o governo neoliberal e entreguista de Bolsonaro”, diz o secretário de Finanças da Contraf-CUT e vice-presidente da Fenae, Sérgio Takemoto.

De acordo com informações divulgadas pela imprensa, há ao menos dois interessados: a empresa norte-americana Scientific Games International (SGI) e a inglesa International Game Technology (IGT, adquirida em 2015 pela Gtech), ambas já atuantes no mercado de jogos.

## CGPAR 25 ataca previdência das estatais

O Diário Oficial publicou no dia 7 de janeiro a resolução número 25 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), que estabelece novas diretrizes para os planos de benefícios de previdência complementar das estatais.

No caso da Funcef, o plano Não Saldado será o primeiro e o mais atingido pelas mudanças. As características que diferenciam o REG/Replan Não Saldado dos demais planos irão acabar com a aplicação das novas diretrizes. A resolução também permite a transferência da gestão dos planos de benefícios das Fundações para instituições de mercado.

As mudanças propostas reduzem a responsabilidade da patrocinadora com os planos de benefícios. Nos novos planos que forem criados após a vigência da resolução, a responsabilidade da patrocinadora no pós-emprego é simplesmente eliminada.

“Os trabalhadores de estatais, junto as suas entidades representativas, precisam estar atentos a este novo ataque contra os nossos direitos. Será necessária muita mobilização para barrarmos retrocessos”, comenta o dirigente sindical Valter San Martin.

“Para que a CGPAR 25 passe a valer para os participantes da Funcef é preciso aprová-la no Conselho Deliberativo, composto de maneira paritária por indicados da Caixa e eleitos. Como o estatuto da Funcef prevê que haja mínimo de quatro votos para alterações de regulamento, a aprovação depende do quarto voto, isto é, o voto de um conselheiro eleito, além dos três votos dos indicados pela Caixa”, explica o dirigente.

### A nossa luta continua...

Não é benefício do banco. É conquista da luta! Em janeiro, os empregados da Caixa que cumpriram os requisitos começam a receber seus deltas (cada delta corresponde a um reajuste por mérito de 2,35% no salário padrão). A unificação das tabelas do Plano de Cargos e Salários no Acordo Coletivo de Trabalho 2008 foi uma importante conquista dos empregados da Caixa. O novo PCS combate a discriminação na progressão de carreira, fortemente presente nos planos de 1998 e 1999. O PCS garantiu a promoção por mérito.